



# Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 51.014.223/0001-49

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:**  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

**Patrimônio Líquido e Resultado**  
Em 30 de junho de 2022, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$874 milhões (31/12/2021 - R\$807 milhões). O lucro líquido apresentado em 30 de junho de 2022, foi de R\$67 milhões (30/06/2021 - R\$49 milhões).

**Ativos e Passivos**  
Em 30 de junho de 2022, os ativos totais atingiram R\$1.258 milhões (31/12/2021 - R\$1.601 milhões). Desse montante, destacamos R\$477 milhões (31/12/2021 - R\$451 milhões) por Títulos e Valores Mobiliários.

rios e R\$273 milhões (31/12/2021 - R\$671 milhões) por Outros Ativos Financeiros.  
Em 30 de junho de 2022, os passivos totais atingiram R\$384 milhões (31/12/2021 - R\$793 milhões), representados, principalmente, por Outros Passivos Financeiros, no montante de R\$300 milhões (31/12/2021 - R\$693 milhões) e R\$54 milhões (31/12/2021 - R\$56 milhões) referente à Outros Passivos.  
**Outras Informações**  
A política de atuação da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. informa que no período findo de 30 de junho de 2022, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente. Ademais, a Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à sua administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 29 de agosto de 2022.

**A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	30/06/2022	31/12/2021
<b>Ativo Circulante</b>		<b>722.363</b>	<b>1.016.456</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4 e 13.c</b>	<b>22.298</b>	<b>18.466</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>695.406</b>	<b>986.415</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez Títulos e Valores Mobiliários	4, 5 e 13.c	283.859	277.092
Outros Ativos Financeiros	7	273.422	671.136
<b>Outros Ativos</b>	<b>9</b>	<b>4.659</b>	<b>11.575</b>
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>535.512</b>	<b>584.138</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>339.056</b>	<b>412.932</b>
Títulos e Valores Mobiliários	6	339.056	412.932
<b>Outros Ativos</b>	<b>9</b>	<b>70.565</b>	<b>61.461</b>
<b>Ativos Fiscais</b>	<b>8.a</b>	<b>125.890</b>	<b>109.744</b>
Correntes	3	93.956	78.584
Diferidos	31.894	31.160	-
<b>Investimentos</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Outros Investimentos	1	1	1
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.257.875</b>	<b>1.600.594</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>357.689</b>	<b>46.191</b>	<b>326.796</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-
Aumento de Capital com base em Reservas Lucro Líquido	12.a	15.299	-	(15.299)
Destinações:				
Reserva Legal	12.c	-	2.458	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	23.348
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	23.349
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>		<b>372.988</b>	<b>48.649</b>	<b>358.194</b>
<b>Mutações no Semestre</b>		<b>15.299</b>	<b>2.458</b>	<b>31.398</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>372.988</b>	<b>50.443</b>	<b>387.423</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-
Aumento de Capital com base em Reservas Lucro Líquido	12.a	75.925	-	(75.925)
Destinações:				
Reserva Legal	12.c	-	3.343	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	31.760
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	31.760
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>		<b>448.913</b>	<b>53.786</b>	<b>376.070</b>
<b>Mutações no Semestre</b>		<b>75.925</b>	<b>3.343</b>	<b>(12.405)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
<b>1. Contexto Operacional</b>				
A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às sociedades da espécie, atuando, dentre outros: na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos. As operações da Santander CCVM são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.				
<b>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras</b>				
As demonstrações financeiras da Santander CCVM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.				
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.n).				
A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras emitidas entre outros requisitos, desde que não tenham sido alteradas ou modificadas a partir de sua entrada em vigor. A Resolução BCB nº 2/2020, também determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (Nota 19.c).				
Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõe alterações nos documentos e divulgações. A resolução determina a extinção de documentos relacionados a posição consolidada no âmbito de remessa de documentos ao Bacen. A referida norma não traz impactos a estas Demonstrações Financeiras.				
As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2022, foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 29 de agosto de 2022.				
<b>3. Principais Políticas Contábeis</b>				
<b>a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação</b>				
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.				
<b>b) Natureza do Resultado</b>				
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.				
<b>c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo</b>				
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de avaliação.				
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.				
<b>d) Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez e capacidade de liquidez imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.				
<b>e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>				
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.				
<b>f) Títulos e Valores Mobiliários</b>				
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:				
I - títulos para negociação;				
II - títulos disponíveis para venda; e				
III - títulos mantidos até o vencimento.				
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade de manter os em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida:				
(1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e				
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.				
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.				
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.				
<b>g) Negociação e Intermediação de Valores</b>				
De acordo com a norma vigente, o reconhecimento da receita deve ocorrer quando houver confiabilidade na mensuração e for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.				
A Santander CCVM, como prestadora de serviços financeiros, reconhece sua receita advinda de taxas cobradas de intermediação à medida que seus serviços são prestados.				
<b>h) Despesas Antecipadas</b>				
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.				
<b>i) Permanente</b>				
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e a expectativa de recuperação dos mesmos é insignificante.				
<b>i.1) Outros Investimentos</b>				
Outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.				
<b>i.2) Imobilizado de Uso</b>				
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.				
<b>i.3) Intangível</b>				
Ativos de aquisição e desenvolvimento de logiciels são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.				
<b>j) Plano de Benefícios a Funcionários</b>				
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.				
<b>Plano de Contribuição Definida</b>				
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas e controladas controladas acordam contribuições fixas em função de pensão, não sendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nessas entidades são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.				
<b>Planos de Benefício Definido</b>				
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados no balanço e no resultado do plano. A obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.				
Desde janeiro de 2013, a Santander CCVM aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).				
<b>Principais Definições</b>				
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.				
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.				
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações; (ii) os benefícios a serem pagos não excederem o plano ou da entidade patrocinadora; ou (iii) os ativos forem devidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.				

BALANÇO PATRIMONIAL				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	30/06/2022	31/12/2021	
<b>Passivo Circulante</b>		<b>338.132</b>	<b>748.453</b>	
<b>Outros Passivos Financeiros</b>	<b>7</b>	<b>300.145</b>	<b>692.854</b>	
<b>Outros Passivos</b>		<b>10.504</b>	<b>13.549</b>	
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	10 e 11.b	7.934	6.526	
Outras Provisões	10	341	266	
Diversos	10	2.229	6.757	
<b>Passivos Fiscais Correntes</b>	<b>8.b</b>	<b>27.483</b>	<b>42.050</b>	
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>46.062</b>	<b>45.045</b>	
<b>Outros Passivos</b>		<b>43.365</b>	<b>42.553</b>	
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	10 e 11.b	39.705	39.726	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos		-	-	
Ações Trabalhistas e Cíveis	10 e 11.b	3.660	2.827	
<b>Passivos Fiscais Diferidos</b>	<b>8.b</b>	<b>2.697</b>	<b>2.492</b>	
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>12</b>	<b>873.681</b>	<b>807.096</b>	
Capital Social		448.913	372.988	
Reservas de Lucros		428.804	437.866	
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(4.036)	(3.758)	
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>873.681</b>	<b>807.096</b>	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.257.875</b>	<b>1.600.594</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	30/06/2022	31/12/2021	
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>38.301</b>	<b>5.504</b>	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.b	38.368	5.747	
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(67)	(243)	
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>38.301</b>	<b>5.504</b>	
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>61.915</b>	<b>73.195</b>	
Receitas de Prestação de Serviços	14	70.570	93.547	
Rendas de Tarifas Bancárias	14	56.331	55.552	
Outras Despesas Administrativas	15	(55.563)	(51.936)	
Despesas Tributárias	8.d	(13.493)	(15.507)	
Outras Receitas Operacionais	16	19.835	8.776	
Outras Despesas Operacionais	17	(15.765)	(17.297)	
<b>Resultado Operacional</b>		<b>100.216</b>	<b>78.699</b>	
<b>Resultado não Operacional</b>		<b>-</b>	<b>(460)</b>	
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>100.216</b>	<b>78.239</b>	
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>8.c</b>	<b>(33.353)</b>	<b>(29.084)</b>	
Provisão para Imposto de Renda		(21.123)	(18.503)	
Provisão para Contribuição Social		(12.952)	(11.386)	
Ativo Fiscal Diferido		772	895	
<b>Lucro Líquido</b>		<b>66.863</b>	<b>49.155</b>	
Nº de Ações (Mil)	12.a	28.135.346	28.135.346	
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		2,38	1,75	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	30/06/2022	31/12/2021	
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>38.301</b>	<b>5.504</b>	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.b	38.368	5.747	
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(67)	(243)	
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>38.301</b>	<b>5.504</b>	
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>61.915</b>	<b>73.195</b>	
Receitas de Prestação de Serviços	14	70.570	93.547	
Rendas de Tarifas Bancárias	14	56.331	55.552	
Outras Despesas Administrativas	15	(55.563)	(51.936)	
Despesas Tributárias	8.d	(13.493)	(15.507)	
Outras Receitas Operacionais	16	19.835	8.776	
Outras Despesas Operacionais	17	(15.765)	(17.297)	
<b>Resultado Operacional</b>		<b>100.216</b>	<b>78.699</b>	
<b>Resultado não Operacional</b>		<b>-</b>	<b>(460)</b>	
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>100.216</b>	<b>78.239</b>	
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>8.c</b>	<b>(33.353)</b>	<b>(29.084)</b>	
Provisão para Imposto de Renda		(21.123)	(18.503)	
Provisão para Contribuição Social		(12.952)	(11.386)	
Ativo Fiscal Diferido		772	895	
<b>Lucro Líquido</b>		<b>66.863</b>	<b>49.155</b>	
Nº de Ações (Mil)	12.a	28.135.346	28.135.346	
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		2,38	1,75	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
--------------------------------------	--	--	--	--



# Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 51.014.223/0001-49

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2022	31/12/2021
<b>b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos</b>		
Impostos e Contribuições a Pagar	2.281	2.149
Passivos Tributários Diferidos	2.697	2.492
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	25.202	39.901
<b>Total</b>	<b>30.180</b>	<b>44.542</b>

	Origens		Saldo em 31/12/2021	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 30/06/2022
	30/06/2022	31/12/2021				
Plano de Benefício de Aposentadoria	6.743	6.229	2.492	205	-	2.697
<b>Saldo dos Passivos Tributários Diferidos</b>	<b>6.743</b>	<b>6.229</b>	<b>2.492</b>	<b>205</b>	<b>-</b>	<b>2.697</b>

Ano	Diferenças Temporárias		Total
	IRPJ	CSLL	
2022	84	51	135
2023	169	101	270
2024	169	101	270
2025	169	101	270
2026	169	101	270
2027 a 2031	843	505	1.348
2032	84	50	134
<b>Total</b>	<b>1.687</b>	<b>1.010</b>	<b>1.697</b>

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
<b>c) Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>101.216</b>	<b>78.239</b>

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações Entregas Total do Imposto de Renda e Contribuição Social as Aliquotas de 25% e 15%, respectivamente</b>	<b>(40.086)</b>	<b>(31.296)</b>
Despesas Indeducíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	5.797	626
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	861
Demais Ajustes, CSLL 5%	-	614
Demais Ajustes	936	111
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(33.353)</b>	<b>(29.084)</b>

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
<b>d) Despesas Tributárias</b>	<b>13.493</b>	<b>15.507</b>

	30/06/2022	31/12/2021
<b>9. Outros Ativos</b>		
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	61.856	60.463
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	956	941
Para Interposição de Recursos Cíveis	181	181
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 18.a)	6.743	6.379
Rendas a Receber (Nota 13.c)	219	227
Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas	944	643
Outros	4.325	4.202
<b>Total</b>	<b>75.224</b>	<b>73.036</b>

	30/06/2022	31/12/2021
<b>10. Outros Passivos</b>		
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 11.b)	47.639	46.252
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 11.b)	3.660	2.827
Provisão para Pagamentos a Eletuar Sociais e Estatutárias (Nota 12.b e 13.c)	341	266
Outros	-	4.845
Outros	2.229	1.912
<b>Total</b>	<b>53.869</b>	<b>56.102</b>

### 11. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

**a) Ativos Contingentes**  
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

**b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

	30/06/2022	31/12/2021
<b>Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 10)</b>	<b>47.639</b>	<b>46.252</b>
<b>Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 10)</b>	<b>3.660</b>	<b>2.827</b>
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	2.946	2.171
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	714	656
<b>Total</b>	<b>51.299</b>	<b>49.079</b>

	01/01 a 30/06/2022		01/01 a 30/06/2021	
	Fiscais	Trabalhistas e Cíveis	Fiscais	Trabalhistas e Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>46.252</b>	<b>2.171</b>	<b>656</b>	<b>45.155</b>
Constituição Líquida de Reversão <sup>(1)</sup>	(57)	608	140	600
Atualização Monetária <sup>(1)</sup>	1.444	102	53	595
Baixas por Pagamentos	-	(4)	(792)	(443)
Outros	-	65	(131)	202
<b>Saldo Final</b>	<b>47.639</b>	<b>2.946</b>	<b>714</b>	<b>45.559</b>
Depósitos em Garantia - Outros	-	-	-	-
Créditos <sup>(2)</sup>	-	784	-	13.081

<sup>(1)</sup> Contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais.  
<sup>(2)</sup> Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

**d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões**  
A Santander CCVM é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de risco de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes do principal processo judicial e administrativo relacionado a ações de natureza fiscal, fiscal e previdenciária, conforme descrito a seguir:

**PIS e Cofins** - R\$26.736 (31/12/2021 - R\$26.053): a Santander CCVM interps medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

**e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários**  
São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias classificadas, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

**IRPJ/CSLL - Dedutibilidade de tributos com exigibilidade suspensa** - R\$6.544 (31/12/2021 - R\$6.405): Auto de infração lavrado pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ e CSLL, por supostas dedutibilidades indevidas. Aguarda-se julgamento no CARF.

**ISS** - Instituições Financeiras - R\$3.835 (31/12/2021 - R\$3.569): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

**f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas**  
São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria. Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

**g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis**  
Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais, (2) ações de execução; e (3) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

**h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**  
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$342 milhões e os principais processos são:

**IRPJ e CSLL - Auto de Infração - Desmaturização das Bolsas** - Autos de infração lavrados pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ por suposto acréscimo patrimonial quando da transformação societária das bolsas (Bovespa e BM&F) em sociedades anônimas ("desmaturização"), acarretado pela conversão dos títulos patrimoniais detidos pelas empresas nas bolsas em ações. Alega-se a impossibilidade de tributação do valor correspondente à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, por tratar-se de mera permuta não havendo, portanto, a incidência de IRPJ e CSLL. Aguarda-se julgamento das ações judiciais. Em 30 de junho de 2022, o valor envolvido atualizado é de R\$166 milhões.

**PIS e Cofins - Desmaturização das Bolsas** - cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estavam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei nº 9.718/1998. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R\$68 milhões.

**IRPJ/CSLL - JCP** - Autos de infração lavrados pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ e CSLL, por suposto excesso de dedução de JCP da base de cálculo dos tributos. Parte dos valores atuados se encerraram favoravelmente à Companhia. O remanescente aguarda julgamento em ação judicial. O valor envolvido atualizado é de R\$44 milhões.

**Compensação Não Homologada** - Diversas cobranças Administrativas e Judiciais por parte da Fazenda Nacional, em relação a tributos compensados eletronicamente com créditos decorrentes de Saldo Negativo e pagamento a maior ou indevido. Na visão do Fisco, existem inconsistências contábeis e também nas obrigações acessórias que impossibilitam a verificação do crédito. Os casos estão sendo discutidos no âmbito administrativo e também no âmbito judicial. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R\$13 milhões.

**Dedutibilidade de CSLL no IRPJ** - R\$13.227 (31/12/2021 - R\$13.065): pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ. Em sentença, o pedido foi julgado totalmente procedente. Aguarda-se julgamento no Tribunal.

**12. Patrimônio Líquido**  
**a) Capital Social**  
O capital social em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é composto por 28.135.346 mil ações, nominativas e sem valor nominal (14.067.673 mil ações ordinárias e 14.067.673 mil ações preferenciais), todas de domiciliados no país.

Em 30 de abril de 2021, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$15.299 com base em Reservas, passando o capital social do valor de R\$357.689 para R\$372.988, totalmente subscrito e integralizado.

Em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$75.925 com base em Reservas, passando o capital social do valor de R\$372.988 para R\$448.913, totalmente subscrito e integralizado.

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**  
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Sociedade e participarão em igualdade de condições, com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, provenientes da capitalização da correção monetária de qualquer natureza, de lucros em suspensão, reservas ou quaisquer outros fundos.

Destaque de dividendos realizado em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$4.845, cujo pagamento foi realizado em 03 de junho de 2022. Em 31 de dezembro de 2020, houve o destaque de dividendos no montante de R\$5.180, pagos em 25 de maio de 2021.

**c) Reservas de Lucros**  
O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

**Reserva Legal**  
De acordo com a legislação societária brasileira, 6% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

**Reservas Estatutárias**  
O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander CCVM e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

Os saldos de reservas de lucros excedentes ao capital social serão abordados em Assembleia Geral ad referendum, a fim de instruir os acionistas acerca de deliberação de aumento de capital e devido enquadramento nas exigências da Lei 11.638/2017.

**13. Partes Relacionadas**  
**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**  
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander CCVM realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2022, fixado no valor máximo de R\$10. A Santander CCVM é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander CCVM não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração. Em 30 de junho de 2022 e de 2021, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

**b) Participação Acionária**  
A Santander CCVM é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 28.135.346 mil ações (14.067.640 mil ações ordinárias e 14.067.640 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,999% do capital social, bem como participação acionária indireta através da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing") de 66 mil ações (33 mil ações ordinárias e 33 mil ações preferenciais), equivalentes a 0,001% do capital social, totalizando uma participação de 100%.

**c) Transações com Partes Relacionadas**  
As operações de natureza de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	01/01 a 30/06/2022	31/12/2021	01/01 a 30/06/2021
<b>Ativos</b>	<b>22.298</b>	<b>-</b>	<b>18.466</b>
<b>Passivos</b>	<b>(22.298)</b>	<b>(18.466)</b>	<b>-</b>
<b>Disponibilidades (Nota 4)</b>	<b>22.298</b>	<b>-</b>	<b>18.466</b>
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	-	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup> (Nota 5)</b>	<b>283.859</b>	<b>14.045</b>	<b>277.092</b>
Banco Santander (Brasil) S.A.	283.859	14.045	277.092
<b>Outros Ativos - Rendas a Receber (Nota 9)</b>	<b>219</b>	<b>-</b>	<b>227</b>
Banco Santander (Brasil) S.A.	70	-	70
Banco Santander Espanha, S.A.	149	-	157
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	<b>826</b>	<b>122</b>	<b>826</b>
Banco Santander (Brasil) S.A.	826	122	826
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar (Nota 10 e 12.b)</b>	<b>-</b>	<b>(4.845)</b>	<b>-</b>
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	(4.845)	-
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas <sup>(2)</sup> (Nota 15)</b>	<b>1.383</b>	<b>(39.690)</b>	<b>(35.528)</b>
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.383	(39.690)	(35.528)
<b>Outros Passivos - Diversos</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>(29)</b>
Pessoal-Chave da Administração	-	1	(29)

<sup>(1)</sup> Refere-se às aplicações com vencimento até 3 meses (Nota 5).  
<sup>(2)</sup> Refere-se ao convênio operacional com o Banco Santander (Brasil) S.A.

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
<b>14. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias</b>		
Rendas de Comissões de Colocação de Títulos	53.460	55.551
Corretagens de Operações em Bolsas	65.754	79.741
Serviços de Custódia	2.871	1
Outras Prestações Serviços	4.816	13.806
<b>Total</b>	<b>126.901</b>	<b>149.099</b>

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
<b>15. Outras Despesas Administrativas</b>		
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 13.c)	39.690	35.528
Serviços do Sistema Financeiro	5.446	6.258
Comunicações	421	744
Serviços Técnicos Especializados	4.920	3.453
Outras	5.086	5.953
<b>Total</b>	<b>55.563</b>	<b>51.936</b>

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
<b>16. Outras Receitas Operacionais</b>		
Reversão de Provisão Operacional - Fiscais (Nota 11.c)	57	2.369
Atualização de Depósitos Judiciais	1.996	2.013
Atualização de Impostos a Compensar	5.654	428
Juros sobre o Ativo Atuarial	528	428
Recuperação de Encargos e Despesas	9.591	1
Outras	2.009	4.531
<b>Total</b>	<b>19.835</b>	<b>8.776</b>

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
<b>17. Outras Despesas Operacionais</b>		
Provisões Operacionais Fiscais (Nota 11.c)	-	600
Cíveis (Nota 11.c)	140	1.154
Trabalhistas (Nota 11.c)	608	702
Atualização Monetária	917	489
Comissões	6.344	7.127
Despesa com Softwares	5.937	6.041
Outras	1.819	1.124
<b>Total</b>	<b>15.765</b>	<b>17.237</b>

## COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Diretores	
Alexandre de Praxedes	Camila Stolf Toledo
	Flávia Davoli
	Sergio Amancio da Silva

### Contador

Diego Santos Almeida - CRC nº 1SP316054/O-4

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

renta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante" no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.  
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto com as demonstrações de fluxo de caixa, representam fielmente o período em questão, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em

### 18. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego